

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.369 - PR (2019/0198248-3)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : C M DE J**  
**ADVOGADOS : GILDASIO MARQUES VILARIM JUNIOR - SP298548**  
**AMANDA CALINE DE OLIVEIRA - SP362480**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**

## **EMENTA**

**PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. APRECIACÃO DE MATÉRIA DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 520):

ADUANEIRO. APELAÇÃO CÍVEL.  
Liberação de Veículo Apreendido.

A recorrente alega que aplicar à recorrente de boa-fé a pena de perdimento do veículo revela medida desproporcional para quem não cometeu nenhum ilícito penal, em manifesta violação ao artigo 5º, XLV, da CF, que estabelece que a sanção não deve passar da pessoa do infrator. Aponta, ainda, infringência aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Contrarrazões às fls. 564-566.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 569.

É o relatório. Passo a decidir.

Não é possível conhecer do recurso especial no tocante às alegações de violação de princípios constitucionais, uma vez que não cabe a esta Corte, em sede de recurso especial, a análise de eventual ofensa a dispositivos constitucionais, uma vez que, nos termos do artigo 102, inciso III, da Constituição Federal, a uniformização de interpretação de tais normas cabe, tão somente, ao Supremo Tribunal Federal. A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MILITAR. PLEITO DE REFORMA E CONCESSÃO DE AUXÍLIO INVALIDEZ. APELO QUE SUSTENTA VIOLAÇÃO APENAS A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM RECURSO ESPECIAL, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. ACÓRDÃO DA CORTE DE ORIGEM QUE ASSENTA SUAS CONCLUSÕES NO ACERVO PROBATÓRIO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO POR ÓBICE DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não comporta conhecimento o Apelo Especial que veicula ofensa tão só a princípios constitucionais, sob pena de usurpação de competência da Suprema Corte, por infringência à regra de competência do art. 102, III da Carta Maior.

2. Ainda que assim não fosse, a Corte de Origem, baseada primordialmente no conjunto fático-probatório da causa, é clara ao

# *Superior Tribunal de Justiça*

afirmar que a incapacidade apresentada pelo autor é posterior ao seu desligamento do Serviço Militar, não guardando qualquer relação com a atividade castrense, o que torna inviável o acolhimento da pretensão autoral. No mais, a inversão de tal conclusão esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 194978/RJ, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, Julgado em 24/5/2016, Dje 7/6/16).

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator

